



EDP 1. Estado, Capital e Políticas públicas no Campo

ENTRE AMEAÇAS E MORTES: FATOS E NÚMEROS DA VIOLÊNCIA NO CAMPO HOJE

Laura dos Santos Rougemont
UFF – lsrougemont@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutoramento que pretende discutir a violência do campo, compreendendo-a não meramente como uma expressão fenomênica, mas como resultado de certas lógicas/políticas de conformação do território, com intencionalidades diversas. Neste artigo nos ateremos a realizar, inicialmente, um resgate de alguns casos aparentemente pontuais de violência noticiados e registrados recentemente; depois, apontaremos alguns dados atuais dos registros de violência apresentados, especialmente, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), enfatizando a Amazônia Legal, área que pretendemos nos debruçar ao longo da pesquisa; e, por fim, situaremos qual o caráter da violência e os sujeitos que estão envolvidos nos enfrentamentos fundiários hoje.

PALAVRAS-CHAVE: violência; conflitos; Amazônia Legal; CPT.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutoramento que pretende discutir a violência do campo, compreendendo a violência não como uma expressão fenomênica em si, mas como resultado da incidência de certas lógicas e políticas de conformação do território, com intencionalidades diversas. Para isso, toma-se como ponto de partida que a violência é um elemento indissociável da produção do espaço agrário brasileiro, desde o Brasil Colônia até os dias atuais; ou seja, compreende-se que o espaço agrário se conformou e se conforma, até hoje, tendo como um de seus alicerces principais a produção da violência, compreendida em suas diversas manifestações – expulsões, ameaças de morte, assassinatos, privações de acesso à recursos naturais e outras. Neste artigo, nos ateremos a realizar, inicialmente, um resgate de alguns casos aparentemente pontuais de violência noticiados e registrados nos últimos anos; depois, apontaremos alguns dados recentes dos registros de violência apresentados, especialmente, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), enfatizando a Amazônia Legal, área que pretendemos nos debruçar ao longo da pesquisa; e, por fim, situaremos qual o caráter da violência e os sujeitos que estão envolvidos nos enfrentamentos fundiários hoje.

PONTUANDO CASOS RECENTES DE VIOLÊNCIA NO CAMPO

No dia 1º de novembro de 2014, no estado do Mato Grosso do Sul, nas imediações do município de Dourados - às margens da rodovia BR-163 - foi encontrado o corpo da indígena Kaiowá Marinalva Manoel, de 27 anos, morta à facadas¹. Marinalva era uma importante liderança na luta pela demarcação da Terra Indígena (TI) Ñu Verá e integrava o Grande Conselho Guarani-Kaiowá da Aty Guasu. Ela havia comparecido em Brasília dias antes, manifestando repúdio à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de anular o processo de demarcação de uma outra terra indígena guarani vizinha, a TI Guyaroká. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra-CPT (2014), além de protestar contra a decisão do Supremo, os indígenas denunciaram o aumento da violência direta e indireta praticada por fazendeiros contra suas terras. Segundo o relatório elaborado pela Organização Não Governamental (ONG) Repórter Brasil (2013)², os problemas ambientais que incidem nas terras indígenas guaranis são inúmeros. Um dos principais efeitos da invasão por fazendeiros tem sido a devastação da mata nativa. Cabe mencionar que, em 2010, nas proximidades da TI Guyaroká, instalou-se a usina sucroalcooleira Nova América, adquirida por uma das maiores empresas do ramo no Brasil, a Cosan, hoje denominada Raízen Caarapó S.A. Açúcar e Álcool. O novo nome decorre de uma fusão entre a empresa e a petroleira holandesa Shell.

Em 07 de abril de 2016, a Polícia Militar do Estado do Paraná assassinou dois integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Quedas do Iguaçu (PR)³. Com tiros de pistola e fuzil, a polícia matou Vilmar Bordim, de 44 anos, e Leonir Orback, de 25, além de ter ferido outros dois integrantes do MST, Pedro Francelino e Henrique Gustavo Souza Pratti. Vilmar e Leonir, juntamente com cerca de 1.200 famílias, faziam parte da ocupação de uma área de 10.780 hectares pertencente à União, que foi apropriada irregularmente pela empresa Araupel, mas cujos títulos de propriedade já foram declarados nulos na Justiça Federal (TERRA DE DIREITOS, 2016). A Araupel é uma empresa que desenvolve atividades

¹ CORPO de liderança Kaiowá é encontrado às margens de rodovia no MS. Comissão Pastoral da Terra, 03 de novembro de 2014. Disponível em: <http://goo.gl/AVuN7U>. Acesso em: maio de 2016.

² Em terras alheias: A produção de soja e cana em áreas Guarani no Mato Grosso do Sul. Repórter Brasil, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/X6c1X9>.

³CRONOLOGIA aponta massacre de trabalhadores rurais em Quedas do Iguaçu: Polícia Militar emboscou e atirou para matar. Terra de Direitos, 25 de abril de 2016. Disponível em: <http://goo.gl/wNqzaW>. Acesso em: maio de 2016.

de reflorestamento e processamento de pinus e eucaliptos, cuja produção volta-se principalmente para a exportação. Segundo o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (2016), a Araupel tem um histórico de acusações de concentração, grilagem e assassinatos na região. A ocupação, neste sentido, visa denunciar os crimes cometidos pela empresa, além de pressionar para que as terras públicas se tornem assentamentos da Reforma Agrária.

Neste mesmo dia, desta vez na região Nordeste, Rosivaldo Ferreira da Silva, mais conhecido como cacique Babau Tupinambá, e seu irmão, José Aelson Jesus da Silva, o Teity Tupinambá, foram presos pela Polícia Militar da Bahia, no município de Olivença, no extremo sul do estado. Os irmãos indígenas, residentes da aldeia Gravatá, na TI Tupinambá de Olivença, Serra do Padeiro - que há anos aguarda pela definitiva demarcação - vinham denunciando um crime ambiental na TI: a retirada ilegal de areia. De acordo com a CPT (2016), a aldeia Gravatá é uma das áreas exaustivamente exploradas e degradadas por sete mineradoras da região de Ilhéus, dentre elas a Areal Paraíso, a Areal Bela Vista e a Areal Guanabara. Conforme informações do Conselho Indigenista Missionário-CIMI (2016), há um recorrente processo de violência por parte do Estado, de fazendeiros e de pistoleiros contra os Tupinambá na região, que vão desde prisões arbitrárias, até torturas, destruição de casas e outros equipamentos comunitários, abuso de força policial, dentre outras práticas⁴.

No Projeto de Assentamento (PA) Areia, a quarenta quilômetros do município de Trairão, no oeste do Pará, o casal de plantadores de frutas Osvalinda e Daniel Pereira sofrem intimidações e perseguições durante a noite. Homens armados, encapuzados e de moto rodeiam a casa dos dois, a mando de madeireiros daquela região. O casal está jurado de morte por não colaborar com a extração ilegal de árvores de alto valor comercial, conforme aponta o Instituto Humanitas Unisinos-IHU (2016). Os madeireiros usam os lotes dos assentados como passagem para caminhões transportadores de toras e oferecem pagamento em troca da autorização da travessia. Segundo o IHU, a relação entre madeireiros e agricultores familiares na região vem se agravando devido aos planos de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de São Luiz do Tapajós⁵. A estatal Eletrobras lidera o consórcio de empresas que tem interesse na

⁴ CACIQUE Babau e Teity Tupinambá passam para prisão domiciliar, na Bahia. Comissão Pastoral da Terra, 12 de abril de 2016. Disponível em: <http://goo.gl/kqgQaM>. Acesso em: maio de 2016.

⁵ EXPECTATIVA de hidrelétrica aumenta ameaças a assentados. Instituto Humanitas Unisinos, 06 de maio de 2016. Disponível em: <http://goo.gl/1JHG1W>. Acesso em: maio de 2016.

concessão, e os grupos franceses Elecrticité de France (EDF) e Gaz De France Suez (GDF Suez, atualmente “Engie”) são possíveis sócios do empreendimento. Além da UHE, outro conjunto de obras - que inclui rodovia, ferrovia, hidrovía e portos fluviais - pretende reconfigurar o território do oeste do Pará, com a intenção de agilizar o transporte de grãos da região Centro-oeste, maior produtora de soja e milho do Brasil (IHU, 2016).

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso (Sesp), no dia 20 de abril de 2017, durante a semana em que se comemoram os 21 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, em Colniza (MT), ocorreu o assassinato de pelo menos dez moradores do assentamento Taquaraçu do Norte, localizado próximo ao Distrito de Guariba - distante 1.065km de Cuiabá⁶. Segundo informações enviadas à Sesp, homens encapuzados invadiram o terreno do assentamento e assassinaram um grupo de pessoas (BRASIL DE FATO, 2017). Dados da CPT apontam que o conflito na região perdura desde junho de 2004, quando 185 famílias do assentamento foram expulsas por homens armados, que também destruíram suas plantações. O suspeito pela expulsão dizia ter comprado as terras que estavam sob posse dos trabalhadores desde 2002, reunidos na Cooperativa Agrícola Mista de Produção Roosevelt (Cooperosevelt). Estas terras correspondiam a 42.715 hectares, que foram concedidos para reintegração de posse em benefício da cooperativa pelo Juiz da Comarca de Colniza. Após este evento, em 2007, de acordo com a ANDES-SN (2017), pelo menos 10 trabalhadores foram vítimas de torturas e cárcere privado e outros 3 foram assassinados. Os responsáveis pela violência são fazendeiros da região, que atuam especialmente na extração ilegal de madeira⁷.

O povo indígena Gamela fez mais uma tentativa de retomada de seus territórios tradicionais no estado do Maranhão⁸, como forma de pressionar a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a iniciar o processo de demarcação das terras. Assim, no dia 28 de abril de 2017, eles ocuparam a contígua área da aldeia Cajueiro Piraí, retomando uma área incidente da terra indígena, localizada ao fundo da aldeia Nova Vila, usada para a criação de búfalos e gado (CONGRESSO EM FOCO, 2017). A área reivindicada é pública, doada aos Gamela desde o período colonial, em 1759. No entanto, o território

⁶ MASSACRE em assentamento deixa pelo menos oito mortos no interior do Mato Grosso. Brasil de Fato, 21 de abril de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/TaKCsk>. Acesso em: maio de 2016.

⁷ CHACINA no Mato Grosso deixa nove trabalhadores rurais mortos. ANDES-SN, 25 de abril de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/RdmmW0>. Acesso em: maio de 2016.

⁸ POVO Gamela retoma nova fazenda no Maranhão. CIMI, 2 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://goo.gl/cCn6Dy>. Acesso em: maio de 2016.

vem sendo invadido e grilado, forçando os Gamela a se confinarem em um espaço cada vez menor. Atualmente, mais de 700 famílias vivem numa área de apenas 530 hectares, sofrendo com a falta de espaço para a prática da agricultura, com a grilagem e com a destruição de árvores e plantas utilizadas na alimentação (açazais e gurimãs). Durante a desocupação de seu território tradicional, temendo justamente ofensivas de fazendeiros da região, no dia 30 de abril de 2017, no Povoado das Baías, em Viana (MA), 22 indígenas terminaram feridos numa ação criminosa; dentre eles estavam crianças e pré-adolescentes⁹. Alguns foram baleados, outros tiveram cortes com facões, traumas e escoriações provocadas por pauladas e pedradas, cercas de arame farpado, espinhos, além de dois indígenas terem as mãos amputadas e um deles também ter os joelhos cortados nas articulações¹⁰. Tal brutalidade foi protagonizada por homens armados, representantes de fazendeiros e capangas da região que, acompanhados de uma viatura da polícia, realizaram os ataques (CIMI, 2017).

Mais uma vez no Pará, os meses de abril e maio também foram marcados por ameaças e assassinatos. Conforme denúncia do MST, ameaças de morte se intensificaram em acampamentos do Sul e do Sudeste do estado. Maria Raimunda César, militante do MST em Marabá, aponta que no dia 15 de abril foram disparados tiros em direção ao acampamento da juventude, na Curva do S, da rodovia PA-150, entre Marabá e Eldorado dos Carajás. Dois dias depois, ela própria foi ameaçada de morte¹¹. Pouco menos de um mês antes, Waldomiro Pereira também havia sido baleado dentro do lote onde vivia, no assentamento 17 de abril, em Paraupabas (PA). O assentado foi levado ao hospital ainda com vida, mas em 20 de março cinco homens armados renderam os seguranças do hospital onde ele estava internado e assassinaram Pereira na UTI¹². No dia 04 de maio de 2017, a trabalhadora e sindicalista Kátia Martins, de 43 anos, foi executada com cinco tiros numa emboscada ocorrida dentro da própria casa, no Assentamento 1º de Janeiro, no nordeste paraense, perto de Belém. No dia seguinte, na Fazenda Serra Norte, em Eldorado dos Carajás, Eduardo Soares da Costa também foi torturado e morto.

⁹ ATAQUE à grupo de índios deixa vítimas com mãos decepadas no Maranhão. Congresso em Foco, 1 de maio de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/ysPgKE>. Acesso em: maio de 2016.

¹⁰ INDÍGENAS Gamela tiveram membros do corpo decepados durante ataque no MA; sobre o número de baleados e feridos. CIMI, 1 de maio de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/LiIcSs>. Acesso em: maio de 2016.

¹¹ PARÁ: MST denuncia violência no campo em reunião com secretário de Segurança Pública. Brasil de Fato, 04 de maio de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/SKOE5>. Acesso em: maio de 2016.

Além de uma série de notas emitidas por movimentos sociais (como o MST)¹³ denunciando a violência exorbitante na região, os últimos casos de violência relatados, especialmente na Amazônia, levaram à divulgação de uma carta aberta dos reitores de 5 universidades públicas da região: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Na carta apontou-se que em toda a Amazônia, os índices de violência remetem “aos piores momentos da história, com a transição da ditadura para a Nova República, nos violentos anos de 1985 e 1986, com absurdos índices de assassinatos no campo”.¹⁴

ALGUNS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA NO ESPAÇO AGRÁRIO

Os relatos mencionados anteriormente decorrem de múltiplas práticas de violência cometidas contra pessoas, especialmente integrantes de movimentos sociais, contra camponeses assentados, sem-terra e indígenas. Eles explicitam que a questão agrária atual envolve a disputa por terra e por território em vários cantos do país, mas também apontam para um elemento diferencial: o conflito com o latifúndio vem acompanhado da presença de atividades econômicas primárias, fundamentadas na produção de *commodities* para exportação como, por exemplo, a produção de madeira/celulose, a mineração, o agronegócio da cana-de-açúcar e da soja ou uma combinação de atividades, como a construção de hidrelétricas, extração ilegal de madeira, construção de vias de escoamento da produção, agronegócio e mineração.

O relatório “Violência contra os Povos Indígenas do Brasil”, do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), apontou que no período de 2014, 138 índios foram assassinados, contra 97 casos em 2013. O número de suicídios entre indígenas também se elevou, passando de 73, em 2013, para 135 ocorrências em 2014, com predomínio de casos (48) no Mato Grosso do Sul, principalmente entre índios Guarani-Kaiowá. Dobraram os registros de invasões possessórias, exploração ilegal de terras indígenas e outros danos ao patrimônio (CIMI, 2014).

¹⁴ REITORES da Amazônia assinam carta de repúdio à violência contra povos indígenas. UNIFESSPA, 5 de maio de 2017. Disponível em: <https://goo.gl/2eUt2s>. Acesso em: maio de 2016.

Segundo menciona Oliveira (2016) com base nos dados da CPT (2016), os índices de violência no campo vêm aumentando. Os assassinatos, cujas médias nos últimos anos giravam em torno de 30, subiram para 50 em 2015. Somente em 2015, no estado de Rondônia, 20 pessoas foram assassinadas; no Pará, foram 19. Entre os mortos estão posseiros, sem-terra, indígenas, quilombolas, ambientalistas, trabalhadores rurais e outros segmentos. No total, em 2015, foram registradas 59 tentativas de assassinato; já ameaças de morte somaram 144 casos. Em termos de violência contra a pessoa, os dados da CPT (2016) apontam para 584 registros de algum tipo de violência. O Pará é o estado com maior porcentagem de vítimas: 25,3% (135), seguido de Rondônia com 21,3% (114), Mato Grosso do Sul, com 11,8% (63), Maranhão, com 7,3% (39), Goiás e Bahia com 6% (32), Tocantins e Minas Gerais com 4,3% (23), Paraíba com 3,4% (18).

A CPT (2017) já divulgou alguns dados referentes a violência no campo no ano de 2016 e o número é alarmante. Se em 2015 haviam 1.217 conflitos envolvendo 816.837 famílias no campo, em 2016, o número de conflitos registrado saltou para 1.536, envolvendo 909.843 famílias, o que significa um aumento de 26% no número de conflitos de um ano para o outro. Quanto ao número de assassinatos, elevou-se em 22 % em relação a 2015: são 61 mortes em 2016, comparadas a 50 mortes em 2015. Corresponde a uma média de 5 assassinatos por mês. Dentre as 61 pessoas assassinadas, 13 vítimas foram indígenas, 4 quilombolas, 6 mulheres e 16 jovens entre 15 e 29 anos. O número de assassinatos supera em muito a média dos últimos 25 anos de dados registrados pela CPT - sendo apenas superado em 2003 pelo registro de 73 assassinatos naquele ano. Segundo a CPT (2017), de 2015 para 2016, todas as formas de violência representaram aumento, conforme indica a tabela abaixo:

Quadro 1 - Quadro comparativo das formas de violência no campo (2015-2016)

	2015	2016	%
Assassinatos	50	61	22
Tentativas de assassinatos	59	74	25
Ameaças de morte	144	200	39
Agredidos	187	571	206
Presos	80	228	185

Fonte: CPT e MST (2017).

Ao analisarmos as tabelas da CPT (2017) referentes à “violência contra a ocupação e a posse” em 2016, percebemos que o maior número de ocorrências deste

tipo de violência se concentra na Região Norte: são 549 casos. O estado de Rondônia aparece com 162 ocorrências, seguido do Pará, com 116. Os casos de pistolagem, no entanto, são superiores no Pará, com 4215 casos, seguidos pelo Amazonas, com 1589. Rondônia aparece em 3º lugar, com 1266 casos. No Nordeste, próxima região na lista com maior número destas ocorrências, o estado do Maranhão é o seu maior expoente, somando 180 ocorrências e 2470 casos de pistolagem.

A tabela referente às informações sobre “violência contra a pessoa” demonstra, mais uma vez, a liderança da Região Norte no número de conflitos em 2016: são 602. Rondônia lidera em ocorrências, respondendo por 21 assassinatos e 10 tentativas de assassinato no ano passado. Além disso, também lidera no número dos ameaçados de morte (40), presos (88) e agredidos (141), seguida pelo estado do Pará. No Nordeste, mais uma vez o Maranhão aparece na ponta, com 196 conflitos, entre os quais 13 assassinatos, 5 tentativas de assassinato, 72 ameaçados, 5 presos e 18 agredidos (CPT, 2017).

Conforme os dados apontam, a maior parte dos assassinatos ocorreu na Amazônia Legal, área que compreende os estados da região norte somados ao Maranhão e ao Mato Grosso. De acordo com a CPT, esta região concentrou em 2016, 79% dos assassinatos. Trata-se de uma área de forte interesse dos setores ruralistas, inclusive representados legislativamente pela “bancada ruralista” e pela “bancada da bala”, que com a ascensão de Michel Temer à presidência no ano de 2016, a partir de um golpe, têm ganhado fôlego para ampliar as fronteiras de destruição na Amazônia. É notório que tem havido o resgate de proposições legislativas que visam alterar ou revogar as normas jurídicas de reconhecimento dos direitos territoriais de comunidades tradicionais, (indígenas, quilombolas e outros) – como a PEC 215/2000 - projetos estes que têm sido discutidos de maneira obscura e “a toque de caixa”, e que visam incorporar ao mercado um estoque de terras ainda não mercantilizadas. Essa voracidade política e empresarial, somada à ausência do Estado nas áreas em conflito, acaba por aumentar e acirrar a violência – de todas as formas – nestas regiões de fronteira para o capital.

O CARÁTER DA VIOLÊNCIA E OS SUJEITOS ENVOLVIDOS

As situações apresentadas e os dados subsequentes apontam para um contexto tão trágico quanto banalizado, e que balizará a premissa que justifica a pesquisa de doutorado em andamento: *o espaço agrário brasileiro é produzido pela violência*. De

acordo com Barcellos (2014), uma das características da questão da violência no campo no Brasil é que ela consiste num aspecto histórico que persiste desde o período colonial, passando, no século XX, durante a Ditadura Militar (1964-1984), pela consolidação das bases de um modelo agrícola pautado na modernização conservadora, modelo este que reflete suas marcas até hoje, seja na questão jurídica, política ou institucional das instâncias responsáveis pela lide com a questão da terra no país. O autor indica ainda que a violência no campo no Brasil se trata de um processo de violência difusa, de caráter social, político e simbólico que se materializa de diferentes formas. Se realiza tendo como alvo determinados grupos sociais e está vinculada à ação de grupos que compõem a elite histórica agrária, como fazendeiros, comerciantes locais, empresas, pistoleiros e milícias organizadas. Soma-se a isso, o próprio aparelho repressivo estatal, visto que a Polícia Militar é um dos principais braços armados do Estado responsáveis por promover atos de repressão e de expulsão de camponeses e outras comunidades rurais.

No entanto, cabe salientar que os segmentos/sujeitos envolvidos nos conflitos rurais também vêm se alterando com o passar do tempo. Segundo a sistematização de dados elaborada por Porto Gonçalves et al (2016), no período de 2000 a 2007, eram os sem-terra e os assentados que predominavam nas localidades em conflito por terra, somando 64% dos registros. Enquanto isso, as populações tradicionais apareciam em 31% das localidades. De 2008 até 2015, entretanto, as proporções dos segmentos envolvidos se inverteram, sendo 33% as localidades em conflito com a presença de Sem-Terras e assentados, e 59% as localidades com a presença de populações tradicionais. Um outro dado importante apontado é a redistribuição regional dos conflitos, que agora são enfatizados na Amazônia, que concentra 51% das localidades envolvidas, sendo outros 26% no Centro-Sul e 23% no Nordeste. Para Porto Gonçalves et al (2016), tanto o aumento do número de conflitos, quanto a distribuição geográfica destes ou a importância do envolvimento de comunidades tradicionais são elementos que fazem-nos repensar o significado da questão agrária no Brasil.

Esses dados (fatos) reafirmam a continuidade histórica da violência e da re-xistência, que vêm caracterizando a dinâmica agrária brasileira e colocam em xeque o êxito de um padrão de acumulação incessante de capital, que tem como eixo mais dinâmico o latifúndio monocultor voltado para exportação, que apesar de seus recordes de produção de grãos, de madeiras e de carnes se faz com base na injustiça e violência (PORTO GONÇALVES et al, 2016, p. 88).

Um outro aspecto relevante apontado pelos dados é que ocorre também uma sutil alteração no quadro dos promotores das ações violentas contra Sem-Terras, trabalhadores rurais, indígenas e populações tradicionais no geral. Os dados analisados apontam que, comparando-se o período de 2000 a 2007 com o período de 2008 a 2015, houve uma queda das ações praticadas pelo Estado, caindo de 13% para 8%, ao mesmo tempo que houve um aumento das ações praticadas por empresas de mineração, que se elevaram de 1% para 8%, em 2015, e de empresas hidrelétricas, que no segundo período figuram com 3% dos registros, tendo sido praticamente irrelevante no período anterior. Os grileiros e os madeireiros mantêm proporções semelhantes nos dois períodos (de 16% passa para 15%; de 3% passa para 4%, respectivamente) e os fazendeiros, que tinham 43% do total no primeiro recorte temporal, no segundo momento passam a dividir a predominância (30%) com empresários, que agora representam 27% dos conflitos. Estes dados se repetem em todas as regiões do país: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste (PORTO GONÇALVES et al, 2016). O quadro abaixo sintetiza esta inversão, demonstrando o número de conflitos provocados por categoria social desde 2000 até 2015, e também a porcentagem de aumento ou diminuição da participação destas categorias nos conflitos.

Quadro 2 - Categorias sociais protagonistas de violência. Ocorrências de conflitos por período – Brasil 2000-2015

Categoria Social	2000-2007	2008-2015	Total	Variação	Variação %
Fazendeiro	2468	2175	4643	-293	-11,9%
Empresário	778	1575	2353	797	102,4%
Grileiro	404	806	1210	402	99,5%
Mineradoras	17	446	463	429	2523,5%
Madeireiros	88	251	339	163	185,2%
Hidrelétricas	38	178	216	140	368,4%
Estado	1047	531	1578	-156	-49,3%
Total Ocorrências	5423	6304	11727	881	16,2%

Fonte: Relatório de Conflitos no Campo – Brasil 2015. CPT, 2016. Elaborado pelo Lemto-UFF, a partir de dados do CEDOC Dom Tomás Balduino.

A partir destes dados, pode-se apontar uma segunda premissa central para esta pesquisa. Se até o momento, vimos dizendo que o espaço agrário é permeado por violências, podemos dizer também que essa violência, na atualidade, é expressa não somente pelos agentes já tradicionais no campo, como fazendeiros, grileiros e madeireiros, mas também por agentes “modernizadores”, considerados a ponta de lança

do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, como empresários do ramo da mineração e da produção de energia, por exemplo. Assim, podemos afirmar que, *no que diz respeito à produção da violência no campo, colonial e moderno se fundem*, acirrando os conflitos em decorrência de um certo expansionismo desenvolvimentista.

(...) a violência é um componente estrutural das relações sociais e de poder, mesmo nos estados em que ocorrem os avanços considerados mais modernos no campo brasileiro, não podendo, portanto, ser associada ao atraso das relações no campo. Há uma espécie de neocoronelismo subjacente à expansão e re-produção das relações sociais e de poder, que se desenvolve no campo brasileiro. É uma lógica da violência que, ao se impor à revelia do Estado, traz gravíssimos danos à democracia e à justiça (PORTO GONÇALVES, 2003, p. 153).

Tal expansionismo é decorrente, em especial, do papel econômico que o Brasil vem cumprindo na nova dinâmica geopolítica mundial, que tem a China como a nova centralidade econômica. Arelado às demandas de consumo do gigante asiático, o país se especializou na produção de *commodities* para exportação ou produtos de baixo valor agregado como, por exemplo, a soja, o minério de ferro, óleos brutos de petróleo, açúcar proveniente da cana de açúcar, pastas de celulose e gêneros alimentícios congelados.

Conforme indica Raúl Zibechi (2012), a reorientação do capitalismo brasileiro tem se dado em função dos interesses estratégicos da elite no poder, e tal reorientação vem sendo alavancada pelos investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelos fundos de pensão. Somente na primeira década do século XXI, o autor aponta que os investimentos do BNDES cresceram 470%. Só em 2010, foram cerca de 100 bilhões de dólares investidos, tendo como prioridade o setor industrial e o setor de infraestrutura (como hidrelétricas, rodovias, ferrovias e portos.). Além do poderio de investimentos, o banco tem ainda a capacidade de transformar os setores produtivos ao promover fusões e a criação de gigantescas empresas monopólicas ou oligopólicas. Nas palavras do autor: “trata-se de intervenções que permitem, por meio de somas milionárias, gerar uma autêntica reorganização do capitalismo brasileiro, evitar quebras e impedir que grandes empresas sejam compradas por multinacionais estrangeiras” (ZIBECHI, 2012, p. 158). Algumas fusões recentes, por exemplo, foram das processadoras de carnes Sadia com a Perdigão, criando a Brasil Foods (2009); dos frigoríficos JBS Friboi e Bertin, criando o Grupo JBS (2009); ou a fusão da Aracruz com a Votorantim Celulose e Papel (VCP), criando a Fibria (2009).

Em todos estes casos, tratam-se de atividades com implicações diretas sobre o espaço agrário e sua configuração. Assim, a expansão de determinados ramos produtivos vem acompanhada do crescimento de conflitos envolvendo empresas hidrelétricas ou mineradoras, conforme indicam os dados da CPT (2016). Independente da região geoeconômica, cresceram também o número de populações tradicionais afetadas pelo novo enfrentamento fundiário. De acordo com Porto Gonçalves (2003, p. 159), “a violência estrutura as relações sociais e de poder nas diferentes formas com que se reveste o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo no campo brasileiro.”

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste artigo, pretendeu-se analisar os dados a partir do pressuposto de que a violência é estrutural da dinâmica do capitalismo brasileiro, sendo expressão de processos de desenvolvimento no espaço agrário que combinam modernidade e colonialidade. Por isso, na pesquisa que pretendemos desenvolver, ainda em estágio inicial, buscaremos responder a uma pergunta principal: quais as relações existentes entre as políticas de desenvolvimento econômico territorial que incidem sobre o espaço agrário e a ocorrência da violência no campo?

A partir desta questão principal de análise, podemos ainda desdobrar outras questões mais específicas a respeito do objeto, tais como: como se dá a relação entre modernidade e colonialidade nos projetos de desenvolvimento e quais as estratégias territoriais estão em jogo na produção do espaço agrário? De que maneira a análise da formação socioespacial do Brasil pode ajudar a compreender a permanência da violência como um alicerce da dita “modernização” do campo? Ou mesmo, de que maneira as especificidades/características da região que compreende a Amazônia Legal interferem na lógica de concentração/desconcentração espacial de casos de violência no campo? É possível dimensionar e categorizar a violência política no espaço agrário, levando-se em conta suas múltiplas expressões escalares? A resposta a estas e outras questões pretendemos apontar mais adiante.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARCELLOS, S. B. **A violência no campo no Brasil**: questões e dados para o debate. Adital – Notícias da América Latina e Caribe, 26 de agosto de 2014. Disponível em: <http://goo.gl/RUpZka>. Acesso em: maio de 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2015. 240 p.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Banco de dados virtual (2017)- conflitos no campo Brasil 2016**. Disponível em: <https://goo.gl/6Nt2kn>. Acesso em: maio de 2017.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil – dados de 2014**. Brasília: CIMI, 2014. 180p.

OLIVEIRA, A. U. Camponeses, indígenas e quilombolas em luta no campo: a barbárie aumenta. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2015. pp. 28-42.

PORTO GONÇALVES, C.W. Geografia da violência no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 75, Outubro 2006, pp. 139-169.

PORTO GONÇALVES, C.W; CUIN, D.P.; LEAL, L.T.; SILVA, M.N. e colaboradores. Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia: CPT Nacional, 2015. pp. 86 – 98.

ZIBECHI, R. **Brasil potência**: entre integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.